

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2025 - Processo Administrativo n.º 03605.2023-5.

A MAPData Tecnologia, Informática e Comércio LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 66.582.784/0001-11, com sede na Avenida Geraldo Gobbo, n.º 278, Anexo com 01 – Boa Vista, Americana, São Paulo - SP, telefone (19) 3475-4106 / 99166-9721 e endereço eletrônico governo@mapdata.com.br, representada neste ato por sua procuradora, Sra. Camila Oliveira Silva, RG n.º 35.048.349-8 e CPF/MF n.º 389.027.898-10, vem, com o devido respeito, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão de aceitação da proposta e habilitação da empresa **LEONARDO PASSOS GOEBEL**, inscrita no **CNPJ nº 53.652.870/0001-01**, pelas razões a seguir expostas:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, é importante ressaltar que este recurso está sendo interposto dentro do prazo legal, conforme estabelece a Lei Federal n.º 14.133/2021, que prevê que o prazo para a interposição de recursos é de até 03 (três) dias úteis após a divulgação do resultado da habilitação. Assim, com a publicação da decisão em 22/04/2025.

2. DO OBJETO DO RECURSO

A MAPData vem interpor recurso administrativo contra a decisão de habilitação em face da empresa **LEONARDO PASSOS GOEBEL**, inscrita no **CNPJ nº 53.652.870/0001-01**, no âmbito do Pregão eletrônico 90004/2025, considerando que a referida empresa não atende aos requisitos exigidos pelo fabricante Adobe, conforme descrito no edital e nas normas estabelecidas pelo próprio fabricante Adobe.

3. BREVE NARRATIVA

Em 28 de Maio de 2025, ocorreu o Pregão eletrônico 90004/2025, destinado a futuro e eventual fornecimento de licença de software para a publicação e edição de imagens, edição de figuras vetoriais, edição de arquivos PDF, edição de animações e recursos de interatividade para publicações digitais em PDF ou HTML.

4. DOS APONTAMENTOS

Conforme disposto pelo fabricante Adobe, a empresa **LEONARDO PASSOS GOEBEL**, inscrita no **CNPJ nº 53.652.870/0001-01**, na condição de microempresa (ME), **não pode atuar como revendedora autorizada de produtos Adobe para órgãos governamentais**, incluindo o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**.



A própria Adobe exige que apenas empresas com a "Especialização em Governo" sejam qualificadas para negociar com entidades públicas, o que não é o caso da empresa em questão. O critério para a negociação de produtos Adobe com o poder público exige que a empresa esteja registrada como "Especializada em Governo" na lista oficial de parceiros licenciados da Adobe. A empresa RD2 Soluções Tecnológicas Ltda. **não consta na relação de revendedores especializados em governo** e, portanto, não está qualificada para fornecer produtos Adobe ao poder público, conforme a documentação oficial da Adobe.

No entanto, como verificado, a referida empresa não é revendedora autorizada da Adobe, conforme as regras estabelecidas pelo fabricante, o que a desqualifica para comercializar tais produtos, especialmente no âmbito do setor público.

Tais informações podem ser comprovadas nos links abaixo:

- Link 1: <https://spark.adobe.com/page/vYURQqMipzyBd/>
- Link 2: <https://express.adobe.com/page/XpttfcU6lUT3D/>
- Link 3: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:7e6917e7-77aa-49cc-bc0b-65acc0a8e535>

Amparado não só por um bom senso, mas até mesmo por dispositivo editalício e legal, é imprescindível e totalmente razoável, que sejam efetuadas diligências por parte dos nobres julgadores com o intuito de esclarecer o fato apresentado.

Nesse sentido, faz-se valiosa a doutrina de Marçal Justen Filho:

A autorização legislativa para a realização de 'diligências' acaba despertando dúvida. Em primeiro lugar, deve destacar-se que não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles contidas envolverem pontos obscuros - apurados de ofício pela Comissão ou por provocação de interessados -, a realização de diligências será obrigatória. Ou seja, não é possível decidir a questão (seja para desclassificar o licitante, seja para reputar superada a questão) mediante uma escolha de mera vontade. Portanto, a realização da diligência será obrigatória se houver dúvidas relevantes. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª Ed, São Paulo: Dialética, 2010, pp. 598-599).

Acerca do que resta acima positivado, assim entende o Tribunal de Contas da União a partir de recente julgamento:

Não obstante a faculdade prevista no dispositivo é de fácil interpretação que a diligência se tornará obrigatória, caso a situação em análise ou a ausência de determinada informação implique em inabilitação desarrazoada de determinado licitante, com prejuízos à proposta mais vantajosa para a Administração. (...) 25. A jurisprudência desta Casa é farta em condenar a inabilitação de licitantes em virtude da ausência de informações que possam ser supridas pela diligência prevista no



art. 43, § 3º, da Lei de Licitações (Acórdãos 1.924/2011, 747/2011, todos do Plenário; e 1.899/2008 e 2.521/2003 da Primeira Câmara), sem que essa pesquisa se constitua inserção de documento novo ou afronta à isonomia. Acórdão nº 918/2014-Plenário.

A realização de diligência então é um mecanismo que possibilita que a Comissão de Licitação exija dos participantes apresentação de informações ou documentos complementares à instrução do processo. Mesmo porque a não realização de diligência, quando oportuna, importa na contratação de uma proposta pior no certame – ou seja, DANO AO ERÁRIO e descumprimento ao dever de contratação da proposta mais vantajosa.

É amplamente reconhecido que licitação é um procedimento administrativo regido por atos ordenados e legalmente previstos, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Cada um desses atos deve ser conduzido em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais aplicáveis.

Em conformidade com os princípios licitatórios, especialmente o **princípio da moralidade**, que é essencial para garantir que a administração pública mantenha um padrão ético elevado, é imperativo que a atividade administrativa seja conduzida não apenas em conformidade com a lei, mas também com boa-fé, lealdade e probidade em relação ao processo licitatório e aos participantes. Neste contexto, tem-se que a má-fé de uma empresa participante de um processo licitatório **se caracteriza pela consciência e desrespeito das regras estabelecidas, comprometendo a integridade e a justiça do processo.**

Este recurso administrativo visa garantir que os princípios da legalidade, eficiência e segurança sejam seguidos na contratação de serviços de software, protegendo os interesses do órgão público e evitando riscos legais e técnicos.

Caso a empresa **LEONARDO PASSOS GOEBE**, seja mantida na habilitação do presente PREGÃO, poderá resultar em violação do contrato de revenda com a Adobe, sujeitando a empresa a penalizações previstas no referido contrato, além de possível suspensão das negociações com órgãos governamentais. A revenda de produtos Adobe por uma empresa não qualificada pode gerar danos tanto à contratante quanto à própria Adobe, o que comprometeria a validade do contrato.

4. DO PEDIDO

Diante dos fatos e fundamentos expostos, requer-se a desclassificação da empresa **LEONARDO PASSOS GOEBE**, na COMPRA DIRETA 90004/2025, tendo em vista que a mesma não atende aos requisitos exigidos pelo fabricante Adobe, especialmente no que se refere à qualificação para revenda de produtos Adobe ao setor público, conforme as regras da própria Adobe.

Outrossim, caso não seja acolhido o pedido de desclassificação, requer-se que a empresa **LEONARDO PASSOS GOEBE**, comprove sua regularização junto ao fabricante, apresentando a documentação que demonstre sua qualificação como revendedora autorizada e com Especialização em Governo, conforme exige o fabricante Adobe para negociações com órgãos públicos.



Sem mais a declarar, pedimos deferimento.

Americana, 23 de abril de 2025.

Camila Oliveira Silva – Procuradora
RG: 35.048.349-8 / CPF: 389.027.898-10



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a empresa MAPData Tecnologia Informática e Comércio LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 66.582.784/0001-11, com sede na Avenida Geraldo Gobbo n.º 278 – Anexo com 01, Boa Vista – Americana/SP, neste ato representada por seu Administrador Legal, **Paulo Eduardo Onuchic**, portador do CPF n.º 092.764.978-03 e RG n.º 07.101.399-4, doravante denominada **OUTORGANTE**, nomeia e constitui sua bastante procuradora, **Camila Oliveira Silva**, Analista Administrativo, portadora do CPF n.º 389.027.898-10 e RG n.º 35.048.349-8, doravante denominada **OUTORGADA**, para que, em nome da OUTORGANTE, possa representa-la em todos os processos licitatórios perante a Administração Pública, especialmente para os seguintes fins:

1. Elaborar e Assinar Documentos: Preparar, assinar e protocolar todos os documentos necessários para a participação em processos licitatórios, inclusive propostas, declarações e certidões.
2. Participar de Sessões Públicas: Comparecer às sessões públicas de licitação, apresentar propostas, lances e participar de julgamentos, seja presencial ou eletronicamente.
3. Receber Notificações: Receber notificações, intimações e demais comunicações relativas aos processos licitatórios.
4. Assinar Contratos: Celebrar contratos administrativos e demais documentos necessários à execução do objeto da licitação.
5. Recorrer e Defender Interesses: Interpor recursos e defesa dos interesses da OUTORGANTE em qualquer fase do processo licitatório e na execução dos contratos.

O presente mandato é outorgado com a finalidade específica de representação da OUTORGANTE em qualquer processo licitatório e terá validade de 1 (um) ano a contar da data de sua emissão.

Americana, 30 de julho de 2024

PAULO EDUARDO
ONUICHIC:09276497803

Assinado de forma digital por
PAULO EDUARDO
ONUICHIC:09276497803
Dados: 2024.07.30 09:27:20 -03'00'

PAULO EDUARDO ONUICHIC
ADMINISTRADOR LEGAL

Assinado digitalmente por:
Paulo Eduardo Onuchic
CPF: 092.764.978-03
Certificado emitido por 1º TABELIÃO DE
NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E
TÍTULOS - AMERICANA/SP
Data: 30/07/2024 09:49:55 -03:00



O original deste documento pode ser encontrado em:

https://mapdataam.sharepoint.com/:f:/s/Confirmaodeautenticidadedigital/EhLyuw8DQ-ZKscUDWUYgrkB4cehlFpYz1_GDjCX_ohTfg?e=GDvy3c

Para confirmação de veracidade e acesso ao relatório de auditoria entre em: <https://na3.documents.adobe.com/verify>

ID do Documento para autenticação da auditoria: CBJCHBCAABAAM-ReRnKl8j1L-Qk6_SvTsW17o3RuH1q










Procuração - Camila Silva

Relatório de auditoria final

2024-07-30

Criado em:	2024-07-30 (Horário Padrão do Uruguai)
Por:	Camila Schaider (camila.schaider@mapdata.com.br)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAAM-ReRnKI8j1L-Qk6_SvTsW17o3RuH1q
Quantidade de documentos:	1
Contagem de páginas do documento:	1
Quantidade de arquivos de apoio:	0
Contagem de páginas dos arquivos de apoio:	0

Histórico de "Procuração - Camila Silva"

-  Documento criado por Camila Schaider (camila.schaider@mapdata.com.br)
2024-07-30 - 9:15:51 ADT- Endereço IP: 189.39.112.73
-  Contrato visualizado por Camila Schaider (camila.schaider@mapdata.com.br)
2024-07-30 - 9:17:36 ADT- Endereço IP: 189.39.112.73
-  Documento enviado por email para Paulo Onuchic (onuchic@mapdata.com.br) para assinatura
2024-07-30 - 9:20:21 ADT
-  Email visualizado por Paulo Onuchic (onuchic@mapdata.com.br)
2024-07-30 - 9:26:20 ADT- Endereço IP: 104.47.58.126
-  Contrato visualizado por Paulo Onuchic (onuchic@mapdata.com.br)
2024-07-30 - 9:26:22 ADT- Endereço IP: 189.39.112.73
-  Documento assinado digitalmente por PAULO EDUARDO ONUCHIC:09276497803 (onuchic@mapdata.com.br)
2024-07-30 - 9:27:20 ADT
-  Contrato finalizado.
2024-07-30 - 9:27:20 ADT

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
"RICARDO GUMBLETON DAUNT"

8266-9

NOME
CAMILA OLIVEIRA SILVA

FILIAÇÃO
ANTONIO NIVALDO DA SILVA

JOSEFA PEREIRA DE OLIVEIRA SILVA

DATA NASCIMENTO
30/09/1990

ORGÃO EXPEDIDOR
SSP-SP

FATOR RH

NATURALIDADE
S. PAULO - SP

OBSERVAÇÃO

434F5A42

Camila Oliveira Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF **389027898/10** DNI

REGISTRO GERAL **35.048.349-8** 2 via-R DATA DE EXPEDIÇÃO **22/10/2019**

REGISTRO CIVIL
SÃO PAULO-SP LAPA CN:LV.A201/FLS.550 /N.120484

T. ELEITOR
000345478910167

CTPS
00000000001275

SÉRIE
0342

UF
SP

NIS/PIS/PASEP
20493414600

IDENTIDADE PROFISSIONAL

CERT. MILITAR

CNH

CNS

POLEGAR DIREITO

Mitahi Yamamoto
Delegado de Polícia Divisão IIIRGD-SSP-SP
ASSINATURA DO DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



RECONHEÇO, a assinatura eletrônica por mim expedida de:
Paulo Eduardo Onuchic - CPF: 092.764.978-03

Atesto o uso da assinatura eletrônica na data e horário 30/07/2024 09:50:00 -03:00, na cidade de Americana/São Paulo

MNE: 122424.2024.07.30.00001863-54

Em Testemunho da Verdade

AMERICANA/SP, terça-feira, 30 de julho de 2024

ANDRÉ LUIZ PANCIONI-TABELIÃO

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE AMERICANA -
AMERICANA/SP



Data: 30/07/2024 09:50:00 -03:00

Código de validação: CK4REXS64RTZPQFVJS3U

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/CK4REXS64RTZPQFVJS3U>